

Para Macedo, 92 inicia com aperto

O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, admitiu ontem que haverá "um aperto brutal" na economia no início do ano que vem e só "com alguma sorte" o Governo conseguirá cumprir o programa previsto na carta ao FMI sem agravar a recessão. Macedo reconheceu que, por mais um ano, o brasileiro ficará mais pobre, com queda no PIB per capita. A carta entregue ao FMI diz que a economia não crescerá no ano que vem e, com o aumento da população, haverá redução na renda de cada cidadão. No ano passado, a renda anual de cada brasileiro ficou em US\$ 2.530.

Interrogado sobre a possibilidade de a inflação persistir, apesar do aperto geral na economia, Roberto Macedo foi categórico: "Não trabalhamos com essa possibilidade". Ele se recusou à dar a sua opinião sobre uma possível prefixação de preços, salários e juros, mesmo através de um amplo acordo social, como admitiu o presidente do Banco Central, Francisco Gros. O Governo preparou uma tabela, onde se prevê a queda da inflação mês a mês até chegar a 2% ou 3% no final do ano, segundo o secretário. A carta de intenções entregue ao Fundo Monetário, no entanto, não cita índices inflacionários para o ano que vem, informando apenas que o Governo espera uma inflação de 20% no ano em dezembro de 1993.

O Ministério da Economia não teme que a resistência da sociedade em abandonar a reindexação possa levar o Brasil a uma estagflação (recessão com inflação). O principal parâmetro do Governo para acompanhar o desempenho do programa de estabilização será a inflação, "mas sem tirar os olhos dos índices de desemprego", conforme o secretário. Ele garantiu que o nível de desemprego, conforme pesquisas do IBGE, não atingiu nenhum nível alarmante. "Nenhum economista pode afirmar hoje que o nosso programa vai aumentar o desemprego. Poderemos inclusive ser surpreendidos".

A liberação dos US\$ 2,08 bilhões de financiamento pleiteado pelo Brasil ao FMI será feita em parcelas trimestrais, caso o Fundo aprove o programa brasileiro. "Com o FMI aprovando ou não o programa, vamos cumpri-lo de qualquer jeito. Esse é um programa nosso, para resolver nossos problemas", explicou o secretário. Macedo se recusou a comentar as críticas da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello ao programa levado ao FMI e reafirmou que o Governo descarta congelamento por se tratar de uma falsa tranquilidade advinda da medida. "O congelamento do Plano Cruzado poderia ter dado certo, mas o Governo foi ofuscado pela popularidade e não fez o ajuste

fiscal necessário". Esse ajuste fiscal é um dos pontos-chave do atual programa.

Uma frase contida na carta de intenções ficou sem explicação do secretário. No 33º parágrafo, o Governo afirma que pretende "eliminar, em 1992, os elementos restritivos no acordo de pagamentos bilateral com a Bulgária". A menção é feita no ponto da carta que trata da remoção de restrições cambiais no comércio internacional. "Isso deve ser coisa do Denot", brincou Macedo, referindo-se ao assessor para Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Denot Medeiros, que participou da elaboração do texto final da carta de intenções.

O secretário afirmou que o memorando técnico de entendimento que acompanha a carta, a ser divulgado na próxima terça-feira, mencionando que as reservas internacionais do País vão crescer no ano que vem, "para ficar perto de US\$ 9 milhões". Outro funcionário do Governo disse que as reservas líquidas do ano que vem estarão bem mais próximas de US\$ 8 bilhões que US\$ 9 bilhões. O Senado não terá de aprovar a carta de intenções, mas o Ministério da Economia submeterá o contrato de financiamento do FMI aos senadores.

Jornal de Brasília • 2

brutal